

## COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO Nº , DE 2006.

(Da Sra. Zulaiê Cobra )

Senhor presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 1º da Constituição Federal, combinado com o art. 219, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja convocado o Ministro da Justiça, MARCIO THOMAZ BASTOS, para prestar esclarecimentos sobre a situação atual do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e do Fundo Penitenciário (FUNPEN), bem como sobre as providências tomadas pelo governo federal para prevenir e investigar a atuação articulada do crime organizado em sua última ação, iniciada no dia 13 de maio de maio de 2006, nos Estados de São Paulo, Mato Grosso, Paraná e Bahia.

### JUSTIFICAÇÃO

Os graves fatos criminosos que vem ocorrendo desde o dia 13 de maio, de forma organizada e articulada conforme registra a imprensa nesta data: *“PCC mantém ataques, queima ônibus e deixa 3 milhões sem transporte em SP. Criminosos incendiaram 68 ônibus na Grande São Paulo, prejudicando cerca de 3 milhões de pessoas. Também atacaram pelo menos dez agências bancárias com bombas e tiros. Há rebeliões em prisões por todo o Estado. Com medo, pais impediram seus filhos de ir às aulas. Comerciantes fecharam as portas.”* (Folha, on line 15/05/06) demonstram que a União está falhando na repressão ao crime organizado, de competência da Polícia Federal.

Diante dos ataques criminosos perpetrados contra a população do Estado de São Paulo, Mato Grosso, Paraná e Bahia, a imprensa noticia também que “ *O governo federal reduziu drasticamente os valores gastos em segurança pública no ano passado, segundo dados oficiais da execução do Orçamento da União. No que diz respeito aos repasses aos Estados, por meio do Fundo Nacional de Segurança Pública, a queda foi de 28% na comparação entre os números de 2005 e os de 2004.* (Folha on line 15/05/06, Fernando Rodrigues).

Por essas razões, julgo de fundamental importância que Sua Excelência, o Ministro da Justiça, venha ao Poder Legislativo, com a urgência que os fatos requerem, para esclarecer ao Parlamento e à Nação qual é a real posição do governo federal frente a situação extremada de insegurança pública a que está submetida a população brasileira.

Sala das Sessões, 15 de maio de 2006.

**Deputada ZULAIÊ COBRA**  
**PSDB/SP**